

Mundo urbano e modernização económica e social na Galiza, 1752-1920¹

Isidro Dubert

Introdução

Em regra, os historiadores entendem que os processos de urbanização e de industrialização – e, em consequência, os de modernização económica e social – costumam desenvolver-se em simultâneo. Talvez tenham sido os historiadores ingleses² quem melhor caracterizou historicamente este complexo fenómeno, cuja duração temporal é por outra parte plurissecular. Embora seja difícil oferecer uma imagem sintética do mesmo em poucas linhas, sem cair em possíveis esquematismos e simplificações, o essencial deste fenómeno pode ser sintetizado partindo da existência na Inglaterra de uma rede urbana constituída por vilas e cidades que, durante o Antigo Regime, exerceram nos planos económico e social funções claramente diferenciadas a respeito do mundo rural circundante. No interior destas vilas e cidades existia uma indústria gremial de carácter tradicional, e é a elas que jovens de ambos os sexos se dirigiam provenientes do meio rural circundante para se empregarem no serviço doméstico ou no comércio, como aprendizes, por exemplo.

Num momento determinado, a necessidade de satisfazer as demandas de um mercado em expansão – quer local, regional ou nacional – propiciou a extensão do trabalho doméstico entre um setor do campesinato que vivia na *hinterland* dessas vilas e cidades. Uma atividade que gerou uma divisão social do trabalho industrial, a qual, no médio prazo, acabou incidindo e erodindo as tradicionais relações laborais que, nessa área, eram amparadas e impulsadas pelos grêmios urbanos. Este processo foi acelerado no século XVIII, uma vez que os comerciantes-fabricantes e os “capitães de empresa”, que impulsavam e beneficiavam do mesmo, garantiram o controlo dos mercados locais e lutaram por conseguir uma maior presença e concorrência dos seus produtos no âmbito regional, nacional ou internacional. Paralelamente, e mercê de capitais de procedência diversa, as bases da mecanização da indústria têxtil começaram a ser fixadas, acompanhadas de uma paulatina relocalização da indústria doméstica rural na cidade, dando lugar, assim, ao nascimento da fábrica, ou, o que é o mesmo, da produção em série sistemática. Ao mesmo tempo que isso acontecia, ocorriam importantes mudanças na composição, intensidade e origem das tradicionais

¹ A elaboração deste trabalho foi realizada no quadro do Projeto de Investigação HAR2009-08098, financiado pela Dirección General de Investigación y Gestión do Plan Nacional de I+D+i, do Ministerio de Ciencia e Innovación do Governo da Espanha.

² WRIGLEY, 1987.

correntes migratórias campo-cidade, visto que uma parte significativa desta mão-de-obra acabada de chegar à urbe procediam agora das áreas geográficas onde a indústria rural doméstica tinha algum arraigo. Estes indivíduos beneficiaram, pois, das contínuas transformações que experimentaram os mercados de trabalho urbano, cuja capacidade de atração explica o protagonismo que tiveram as referidas correntes migratórias no crescimento demográfico registado nas vilas e nas cidades inglesas da época.

Numa segunda fase da urbanização e da industrialização, desenvolvida no século XIX, as mutações continuadas que a produção industrial conheceu, a consolidação e a extensão da administração, a especialização gradual do comércio..., foram agentes que mais uma vez modificaram a articulação interna dos mercados de trabalho urbanos. Neste contexto, teve lugar o aparecimento de novos ofícios, a rápida profissionalização dos clássicos trabalhos femininos, o lento desaparecimento do serviço doméstico... Na mesma linha, produziram-se mudanças no funcionamento da imigração urbana, a qual alargou o seu raio de ação, passando da ligação às migrações internas, ensaiadas a partir das áreas regionais mais ou menos próximas, à vinculação cada vez mais estreita às migrações internacionais, numa sorte de “transição da mobilidade” que seria completada até ao final do século XIX. As modificações que este complexo processo de mudança teve para a estrutura social foram resolvidas com o aparecimento de novas classes sociais. Em pouco tempo, por um lado, o proletariado, e por outro, contrariamente ao que foi notado por Karl Marx, esse variado conglomerado de profissões e de ofícios que durante o século XX, acabaria por desembocar nas chamadas “classes médias”.

Com mais ou menos matizes, dependendo dos contextos históricos, este esquema de desenvolvimento histórico foi utilizado pelos historiadores europeus para analisar o que aconteceu em lugares tão diferentes como a Bélgica, o sul da Alemanha, o norte da Itália, a Catalunha ou o País Basco. No decurso das suas investigações eles beneficiaram das achegas de autores como P. Kriedte, H. Medick, E. A. Wrigley, Ch. Tilly, J. C. Scott, F. Mendels, E. P. Thompson, E. Hobsbawnd, D. Baynes, A. Sharlin, etc. De tal modo, que o referido esquema costuma ser apresentado como um paradigma canónico, o qual sintetiza *grosso modo* as “naturais” relações entre a urbanização, a industrialização e a modernização económica e social.

É por esta razão que, tradicionalmente, os historiadores associaram o desenvolvimento da urbanização e da industrialização às profundas transformações urbanísticas que as vilas e as cidades experimentaram; à mudança acontecida na natureza, composição e intensidade das velhas correntes migratórias campo-cidade; ao crescimento populacional urbano; às modificações dos comportamentos demográficos tradicionais e das formas de vida familiar; ao nascimento de novas classes sociais; ao aparecimento de novas formas de conflituosidade, sociabilidade, padrões de consumo, etc. Dito por outras palavras, o desenvolvimento da urbanização e da industrialização é geralmente associado à atuação de alegados fatores de modernização económica e social, que são considerados responsáveis, em maior ou menor medida, pelas transformações que acabaram dando vida a uma realidade económica, demográfica, social e cultural, cuja principal virtude foi deixar para trás o mundo do Antigo Regime³.

Uma forma de focar o problema de inspiração anglo-saxónica, que gozou de notável sucesso e aceitação entre os historiadores, demógrafos, economistas e sociólogos, até ao ponto de ser assumido que aquelas regiões europeias que haviam ficado à margem da referida urbanização e industrialização, como por exemplo a Galiza, o norte de Portugal ou a Espanha interior, não teriam desfrutado das benesses do progresso económico e social mais que de uma forma imperfeita, ou teriam vivido sumidas numa espécie

de atraso permanente que impediria ou lastraria a sua entrada na modernidade. Instalados desta forma no “paradigma do atraso”, pouco ou nada seria esperável historicamente de uns territórios alegadamente situados à margem de qualquer género de progresso. Afinal, o seu passado, como o seu presente e futuro, não seria mais do que o reflexo fiel desse eterno presente que foi o Antigo Regime⁴.

Face a esta ideia, queremos evidenciar com este trabalho que, independentemente dos efeitos gerados pela urbanização e pela industrialização, os fatores de modernização que incidiram sobre o mundo urbano, assim como as suas consequências, foram plasmados na história de mais do que uma forma. De modo nenhum a ausência de uma industrialização ou urbanização *à inglesa* foi um lastro no caminho para a modernidade, mas, bem pelo contrário, foi a prova mais evidente de que existiu uma via diferente a que não é prestada bastante atenção. Tentando resolver esta questão, debruçamo-nos aqui sobre o que se passou a este respeito, na Galiza, atendendo primeiro à relação existente entre as mudanças socioeconómicas e a evolução da população urbana entre 1752 e 1920. Num segundo momento, deter-nos-emos no papel ambíguo desenvolvido pelos fatores tradicionais de modernização económica e social no seio da sociedade urbana galega, para terminar aproximando-nos das vias que esta seguiu num mundo em que as circunstâncias imperantes a nível local lograram condicionar e incidir sobre o caminho que devia conduzi-la até à modernidade.

1. Sistema urbano, urbanização, emigração e população urbana

O âmbito urbano do noroeste peninsular caracterizou-se pela sua relativa peculiaridade ao longo da História, explicada, em grande medida, pela importância económica e social que o mundo rural teve na Galiza até bem iniciado o século XX. Prova disso é que nos inícios desse mesmo século ainda dois em cada três galegos viviam do trabalho realizado em explorações agrícolas de pequena dimensão. Importa referir também a presença que camponeses e jornaleiros agrícolas tiveram tradicionalmente na vida socioeconómica urbana e o tamanho reduzido das vilas e cidades do noroeste. Podemos calcular a sua pequena dimensão dizendo apenas que para podermos fazer o seu levantamento foi necessário baixar o limiar tradicional de urbanização comumente utilizado pela historiografia europeia e espanhola até o situar na faixa dos 2000 habitantes. Combinado depois com a utilização de critérios tais como a capacidade do enclave para mostrar uma relativa complexidade de funções frente ao entorno rural circundante, a posse de mobiliário urbano variado – composto basicamente por prédios públicos, mosteiros, colegiadas, conventos, muralhas, ruas e praças –, a atuação como um centro de intercâmbios e serviços de um território mais ou menos alargado, ou a organização espacial e a diferentes níveis da vida do mundo rural que os envolve, foi possível advertir que, numa data tão tardia como os finais do século XVIII, apenas quinze desses enclaves tinham uma consideração plenamente urbana⁵. Com a passagem dos anos, já no dealbar do século XX, esse número terá ascendido a 21 e a sua disposição sobre o território terá contribuído para reforçar a existência de uma rede urbana fraca, marcada por um basculamento claro para o oeste, para as comarcas mais ocidentais, as mais povoadas da Galiza.

A reduzida dimensão das vilas e das cidades e o referido deslocamento da rede urbana para os territórios do oeste relaciona-se, por sua vez, com a existência de um processo de urbanização

4 FERNÁNDEZ PRIETO, 2000.

5 DE VRIES, 1987; REHER, 1994; LANZA GARCÍA, 1997: 166; DUBERT, 2002.

cuja origem se situa nos finais da Idade Média, o qual é caracterizado pela sua intermitência no espaço e no tempo⁶. Isto explica que dentro dessa rede urbana cada enclave se desenvolvesse nos planos demográfico, económico e social de uma forma relativamente autónoma a respeito dos demais, ao ponto de oferecer respostas mais ou menos particulares, espontâneas e independentes às transformações populacionais e produtivas pelas quais a Galiza atravessou no decurso de sua história. Nestas condições entende-se que, e embora a capacidade mostrada por cada um deles para organizarem os seus respetivos meios rurais ou o paulatino incremento que experimentou a sua especialização funcional – entre eles, e a respeito do mundo rural circundante –, as dificuldades para estabelecer uma hierarquia interna no seio da rede urbana galega tenham sido uma constante. E mais, nem mesmo a reforma administrativa de 1833, que deu lugar ao aparecimento das atuais capitais de província, foi capaz de alentar o aparecimento de uma cidade com personalidade e peso bastantes para organizar e dar coerência ao que na primeira metade do século XIX era já um sistema urbano policêntrico. É evidente, portanto, que o acontecido neste nível na Galiza esteve longe do que acontecia nas mesmas datas no vizinho norte de Portugal ou no resto da Espanha⁷.

O leve ascenso numérico dos enclaves urbanos de mais de 2000 habitantes entre 1787 e 1900, como que afetou à percentagem de indivíduos que residia neles – que passaram nesses anos de 7% a 11% do total da população galega –, indica que no noroeste peninsular não se produziu nada semelhante com um processo de urbanização ou de industrialização ao modo anglo-saxão. Mostra disso é que as três cidades que em 1787-1860 tinham mais de 10 000 habitantes – Santiago de Compostela, Ferrol e A Corunha – acabaram sendo cinco em 1860-1900, mercê da incorporação de Vigo e de Ourense. Embora talvez uma ideia mais clara da inexistência desse processo de urbanização seja oferecida pela importância daqueles que moravam nessas mesmas cidades a respeito do total da população, visto que em ambos os momentos considerados quase não conseguiram ser, respetivamente, 4% e 6-7% desse total. Duas percentagens que não resistem a comparação com as encontradas na Inglaterra, onde aqueles que residiam em enclaves de mais de 10 000 habitantes passaram de 20% do total da população inglesa, em 1800, para 60% em 1890. De igual maneira, o que aconteceu na Galiza não é equiparável ao que se passava no conjunto da Espanha, cuja população urbana cresceu de 15% para 20% do total, entre 1860 e 1900⁸.

Pelo teor destas cifras torna-se evidente que no decurso do século XIX o fenómeno urbano do noroeste peninsular teria sido afetado por uma levíssima expansão, a qual, de um ponto de vista populacional, foi caracterizada pela sua proverbial lentidão. Assim, se o crescimento do conjunto da população galega entre 1787 e 1860 se cifra em 25%, o correspondente àqueles que moravam em vilas e cidades de mais de 2000 habitantes dificilmente chega a 1% nas mesmas datas. É possível ainda que este mesmo comportamento pudesse ser repetido entre 1860 e 1900 não fosse o impacto demográfico que teve na Galiza a emigração para a América, responsável pela perda de algo mais de um milhão de efetivos nos cinquenta e cinco anos que decorrem entre 1865 e 1928⁹. Nesta conformidade, e no quadro de um contexto em que as sucessivas sangrias migratórias reduziam gradualmente os ganhos populacionais – a 7,2% entre 1860 e 1918, a 5,9% entre 1897 e 1910 e a 2,8% entre 1910 e 1920 –, o promédio de indivíduos residentes em enclaves

6 VILLARINO *et al.*, 1995.

7 RODRIGUES, 2008; REHER, 1994.

8 BAYNES, 1994a; REHER, 1994.

9 DE JUANA *et al.*, 2005; EIRAS ROEL, 1993.

urbanos de mais de 2000 habitantes crescia apenas 3% em relação ao total da população galega entre 1860 e 1900. Um leve ascenso que contrasta com o que por esses mesmos anos manifesta uma população que estava a ser fortemente atingida pela emigração transatlântica, uns 9%.

Levando em conta a existência de um sistema urbano policêntrico como o descrito, a ausência de um processo de urbanização e industrialização *sensu strictu* e o comentado impacto da emigração para a América, não deverá chocar que o crescimento demográfico das vilas e cidades galegas fosse lento e parcimonioso, além de responder a chaves de natureza local. Como observado no gráfico n.º 1, esse crescimento teve lugar em duas fases bem definidas, uma anterior aos meados do século XIX e outra posterior aos inícios do século XX. Entre ambas observa-se um extenso período de estagnação populacional que, não raras vezes, como por exemplo em Santiago de Compostela, Ferrol ou Lugo, se prolongou durante mais de sessenta anos.

A respeito da primeira dessas fases, entre 1752 e 1857, as cidades de Vigo, Lugo e Ourense conseguiram multiplicar por 2,5-2,7 o seu número de habitantes, enquanto A Corunha o fez por 3,5. Muito sucintamente, detrás dos ganhos populacionais de Vigo estão os benefícios que este enclave nutriu pelo desenvolvimento das primeiras fases da industrialização pesqueira, pela sua conversão no principal porto exportador de salgas e peixe manufacturado do noroeste peninsular ao Mediterrâneo ocidental e pelo papel que o comércio e a emigração transatlântica desenvolverão na economia local a partir de um dado momento do século XIX. O acontecido em Lugo foi, pelo contrário, uma consequência direta da expansão agrícola-pecuária no mundo rural da Galiza interior entre 1770 e 1840 originada pela introdução e difusão do cultivo da batata em 1769. Na emergência demográfica de Ourense influíram sobretudo as vantagens derivadas da sua posição estratégica nas rotas comerciais que uniam os portos do sudoeste galego com os mercados da Espanha interior, a concentração no seu interior de numerosas instituições administrativas na sequência da sua conversão em capital provincial e o comércio vitícola que a cidade realizava com a Galiza e o norte da Espanha através do porto de Vigo. Por sua vez, A Corunha beneficiou, no nível populacional da sua condição de cidade administrativa, de ser a sede da Real Audiência e do governo militar da Galiza, das enormes vantagens económicas que a partir 1764 decorreram da sua conversão em porto habilitado para o comércio com a América, assim como daquelas que em um sentido ou no outro procederam da capitalidade provincial conseguida em 1833¹⁰.

Face a esta imagem, Santiago de Compostela ou Pontevedra foram cidades muito menos dinâmicas demograficamente, já que nos mais de cem anos decorridos entre 1752 e 1857 só com dificuldade multiplicaram o seu número de habitantes por 1,5. Com isto, refletiam o endurecimento das condições materiais de vida que a Galiza atlântica atravessou depois do esgotamento definitivo que experimentou a agricultura do milho em 1730-1750. Também dos transtornos económicos que para ambos os enclaves, cheios de instituições e grupos sociais rentistas, significou a impossibilidade de continuar vivendo da apropriação das rendas campesinas depois da supressão do feudalismo (1811), das sucessivas desamortizações de bens eclesíásticos levadas a cabo pelo regime liberal nascente (1836; 1840-1844; 1855-1856) ou da estagnação que a partir de 1840 conheceu o seu comércio por causa, entre outras cousas, da importante crise que afetou a indústria dos lenços assente nas comarcas rurais vizinhas de Padrão e Caldas de Reis. Embora mais grave, neste sentido, tenha sido a situação vivida no Ferrol, onde o retrocesso demográfico registado posteriormente a 1787 se deveu à incapacidade da monarquia espanhola para continuar financiando uma política exterior atlântica que se articulava sobre o funcionamento da indústria naval que existia na cidade desde, pelo menos, 1750. A série

10 CARMONA 2005; SOBRADO CORREA, 2001; DOMÍNGUEZ CASTRO, 1992; ALONSO ÁLVAREZ, 1986 e 1991.

de derrotas navais que a Espanha sofreu frente à França e à Inglaterra entre 1760 e 1810 puseram fim aos pesados investimentos oficiais que até esse último ano tinham recebido os estaleiros do seu importante arsenal militar. A paralisação da sua atividade sumiu o Ferrol numa profunda atonia económica e industrial, responsável direta pela perda de um terço de seus habitantes entre 1800 e 1857¹¹.

Gráfico n.º 1 – Evolução da população nas principais cidades da Galiza, 1752-1930

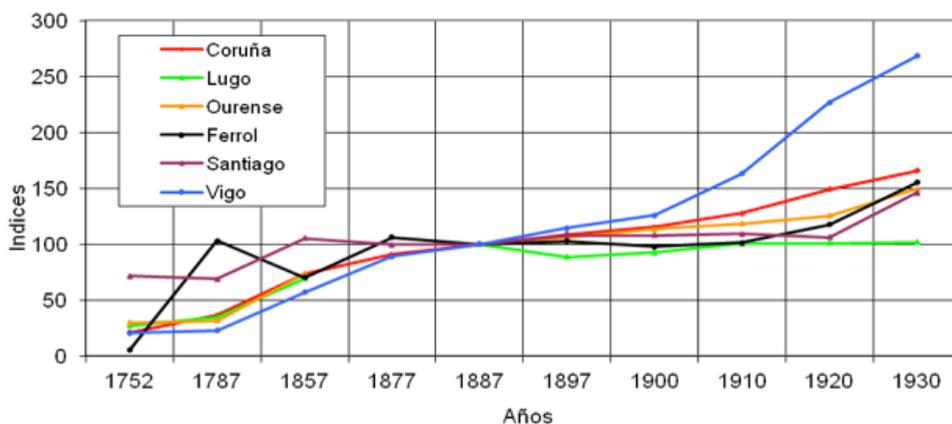
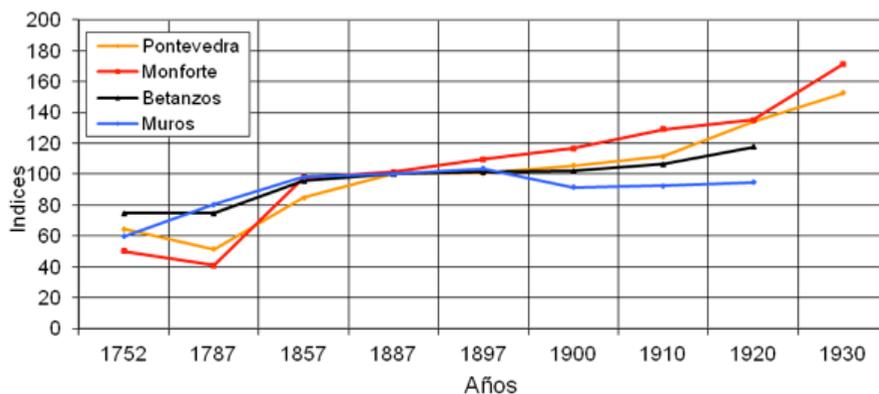


Gráfico n.º 2 – Evolução da população das vilas, 1752-1930



Período base: 1887. Fonte: *Catastro de Ensenada*, 1752, A.H.R.G.; *Censo de Floridablanca*, 1787, A.H.U.S.; resto dos anos recenseamentos correspondentes, B.X.U.S. e A.H.M. das diferentes cidades mencionadas. Elaboração própria.

11 DUBERT, 2001; MARTÍN GARCÍA, 2005; LINDOSO TATO, 2006.

Nos meados do século XIX, a maior parte das vilas e cidades galegas entraram na referida fase de estagnação populacional que, em muitos casos, se prolongará até às décadas de 1910-1920 (Gráficos números 1 e 2). Disto é prova o acontecido em Santiago, um enclave que durante esses anos se manteve perto dos 22-23 000 habitantes; Ferrol, dos 23-24 000; Lugo, dos 10-11 000; a vila de Pontevedra, dos 7800-8000; a de Monforte de Lemos, dos 4400-4500; a de Betanços, dos 4700; ou a de Muros, dos 2600. Uma estagnação populacional que contrasta com a emergência que a este nível manifesta o conjunto formado pelas pequenas e medianas capitais de província espanholas e cujo início se situa entre 1830-1875, enquanto o seu posterior e definitivo impulso se produzirá após 1875¹².

Um bom exemplo da atonia urbanística, demográfica e socioeconómica pela qual agora atravessava o mundo urbano galego encontra-se em Santiago de Compostela (Gráfico n.º 1). Aqui a origem do problema populacional reside na extensa e profunda crise por que atravessaram a indústria e o comércio locais desde aproximadamente 1840. Em certa medida, esta pôde ser superada nos anos seguintes graças às receitas deixadas na cidade pelos sucessivos contingentes de população flutuante formados pelos acompanhantes dos doentes que se achegavam até ela das diferentes localidades do noroeste galego com a finalidade de serem atendidos nas diferentes instituições que davam vida ao seu importante complexo hospitalar-assistencial¹³. Um aspeto menos conhecido do que a série de investimentos institucionais que Santiago recebeu durante a segunda metade do século XIX com a intenção de financiar umas obras públicas que, apesar de tudo, não conseguiram tirar a urbe do seu marasmo socioeconómico e, em consequência, contribuir para a sua revitalização populacional¹⁴.

Uma situação muito parecida, com as lógicas ressalvas no plano local, foi experimentada em Pontevedra, Lugo o Ferrol (Gráfico n.º 1). Este último, um enclave em que, como apontado, o número de habitantes estagnou entre 1860 e 1910 perante a ausência de investimentos estatais que garantissem o funcionamento regular e em grande escala da indústria naval, e diante da falta de grupos de investidores locais ou regionais com capacidade económica bastante para pôr em andamento iniciativas industriais ou comerciais de carácter privado¹⁵.

Só Ourense conseguiu situar-se parcialmente à margem deste panorama (Gráfico n.º 1). Isto foi possível graças a um impulso populacional iniciado nos finais do século XIX e cuja origem se encontra nas vantagens que para a vida económica local supôs a combinação da abertura da estrada Vigo-Villacastín-Madrid, em 1863, e a chegada do caminho-de-ferro, em 1881¹⁶. Uma combinação que em todo o caso põe em relevo o papel ambíguo que teve na Galiza a melhoria das vias de comunicação ou a referida chegada do comboio na dinamização, mudança e modernização socio-produtiva no âmbito urbano. Prova disto é que a linha férrea que punha em comunicação Santiago de Compostela com o porto vizinho de Carril foi inaugurada em 1873, e, embora pouco depois fosse prolongada até Pontevedra, tal não evitou que ambos os enclaves padecessem a já comentada estagnação populacional, económica e social (Gráfico n.º 1). Também aqui teve peso o facto de em 1873 o referido porto de Carril tivesse perdido já a importância comercial de que gozara nas décadas anteriores frente ao protagonismo que tinham agora os portos da Corunha ou Vigo.

12 DELGADO VIÑAS, 1993.

13 DUBERT, 2012.

14 DUBERT, 2001; BARRAL MARTÍNEZ, 2007; PEREIRA, 2012.

15 MARTÍN IGLESIAS, 2005; LINDOSO TATO, 2006.

16 CARBALLO-CALERO RAMOS, 1995.

O acontecido em Lugo insiste na ambígua posição do comboio como fator de desenvolvimento urbano na Galiza, visto que a sua conexão ferroviária com A Corunha foi estabelecida em 1875 e, com Castela, em 1883, apesar do qual a cidade oscilou até 1930 no limiar dos 10 000-11 000 habitantes (Gráfico n.º 1). Assim, a entrada em cena do caminho-de-ferro não se traduziu aqui em nada parecido com uma expansão populacional ou com uma transformação do seu tecido socio-productivo tradicional. A estreita vinculação que a pecuária de Lugo manteve em 1870-1892 com o funcionamento do mercado inglês da carne através do porto da Corunha, ou a partir de 1892, com o espanhol, graças a essa conexão parece que tiveram pouca importância naquela altura¹⁷. Um caso semelhante é o de Monforte de Lemos, uma vila a que o comboio chegara em 1881 mas cujo limiar populacional, situado nos 4500-4700 habitantes, nos finais do século XIX, só começou a ser superado em 1910-1920¹⁸.

Em todo o noroeste peninsular, apenas Vigo e A Corunha se afastaram desta dinâmica populacional, ao produzir-se a confluência de uma série de circunstâncias económicas e produtivas que permitiram alimentar um crescimento demográfico anterior, enraizado nas últimas décadas do século XVIII (Gráfico n.º 1). Vigo, por exemplo, conseguiu traduzir em benefícios populacionais líquidos os trabalhos de melhoramento do porto empreendidos em 1854; o auge que experimentaram a pesca, a indústria conserveira e a construção nas décadas de 1870 e 1880; a expansão que afetou o comércio marítimo; a chegada do caminho-de-ferro em 1881; ou ser o principal porto de saída da emigração galega para o ultramar entre 1860 e 1920. A combinação de todos estes fatores no plano económico explica que as exportações comerciais realizadas a partir de Vigo multiplicassem por quatro entre 1860 e 1920, curiosamente, o mesmo que aconteceu com o seu número de habitantes, pelo qual no início do século XX a urbe tornara-se já o principal porto industrial, pesqueiro e comercial do sudoeste galego.

Por seu lado, a quebra e desaparecimento na Corunha das importantes companhias bancárias que se sedeavam na cidade em 1857-1866 foi seguida, no último quartel do século XIX, da constituição de novas sociedades comerciais nascidas graças aos benefícios gerados pelas melhorias portuárias, a abertura e o prolongamento do caminho-de-ferro em 1875-1883, a inauguração de novos estabelecimentos fabris e a emergência da construção. No entanto, é conveniente advertir que a abertura destes estabelecimentos fabris não modificou no essencial o tecido industrial corunhês tradicional, composto por uma multidão de pequenas oficinas artesanais cuja produção se destinava a satisfazer as necessidades do consumo local e das populações rurais vizinhas¹⁹. Foi, portanto, uma cidade mais industrial que agrícola, razão pela qual a sua prosperidade balançou em grande medida sobre uma expansão comercial que deverá desembocar numa gradual e progressiva *terceirização* da sua estrutura socio-laboral. A forma assumida pela modernização da referida estrutura adverte-nos de que A Corunha, como Vigo, não conseguiu romper completamente com os velhos alicerces produtivos que suportavam e alimentavam a sua tradicional dinâmica social. O ocorrido aqui não se assemelha em nada com o que nas mesmas datas se passava nas pequenas vilas bascas, cujo desenvolvimento demográfico, económico e social se produziu como consequência da expansão que em todas as ordens experimentava uma grande cidade industrial como Bilbao²⁰.

17 CARMONA, 1988.

18 GONZÁLEZ GARCÍA, 2001.

19 MEILAN ARROYO, 1996; LINDOSO *et al.*, 2001; PEREIRA, 1992; REFORMAS SOCIALES, 1893.

20 MIRAS ARAUJO, 2004; BLANCO LOURO, 2001; FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, 2001; SOUTO GONZÁLEZ, 1990; DELGADO VIÑAS, 1993; GONZÁLEZ PORTILLA, 2001 e 2010; BENGOCHEA GANGOITI, 2007.

As limitações que pesavam sobre a modernização socio-productiva da Corunha e de Vigo traduziram-se no plano demográfico na forma que em ambas assumiu o seu respetivo crescimento populacional. Uma parte do mesmo procedia das achegas demográficas dos seus naturais, outra dos imigrantes que se instalaram na urbe por um tempo mais ou menos prolongado, e outra, nada desprezível, embora menos estudada, da integração em seu seio dos habitantes das aldeias de seus arrabaldes, e até das pessoas que viviam em paróquias rurais dos municípios vizinhos. Um bom exemplo disto acontece em Vigo. Em 1905, a cidade via a sua população crescer por volta dos 18% relativamente a 1900, depois de ter fagocitado o município limítrofe de Bouças, composto por nove paróquias, entre as quais havia freguesias inteiramente rurais, como São Pedro de Matamá, e enclaves nitidamente marinheiros, como a pequena vila de Bouças²¹. O mesmo aconteceu na Corunha, em 1912, dado que o seu número de habitantes aumentou por volta dos 20% em relação a 1910, depois de integrar as quatro paróquias rurais que davam vida ao município vizinho de Oça dos Rios. Um padrão de crescimento urbanístico e populacional que não foi exclusivo de Vigo ou da Corunha, pois registava-se também em cidades que começavam a sair de uma longa fase de estagnação demográfica, como Santiago de Compostela. Neste caso, a assunção em 1925 dos habitantes do vizinho município de Conxo nutriu um ganho populacional relativamente a 1920 de 22% (Gráfico n.º 1).

Do ponto de vista espacial, o efeito desta lógica implicava que não houvesse uma rutura clara e nítida entre o mundo rural e o mundo urbano, mas uma continuidade do primeiro sobre o segundo, a qual chegou a condicionar, inclusive, a perceção do fenómeno urbano pelos próprios contemporâneos. Prova disto é que no final da década de 1920 os compostelanos definiam Santiago como uma cidade composta por “cinco arrabaldes, quatro bairros, um exido e sessenta e seis aldeias”²².

2. Os constrangimentos à modernização urbana

O peculiar padrão de crescimento urbanístico e populacional que pormenorizamos acima teve a virtude de contribuir para a manutenção, e até, em certas ocasiões, o aprofundamento da tradicional *ruralização* da vida produtiva e socio-laboral das vilas e cidades galegas. Noutras palavras, a relação particular que as grandes urbes do noroeste peninsular estabeleceram com o campo circundante teve a virtude de condicionar a atuação, a forma e a incidência dos fatores clássicos da modernização socioeconómica que os historiadores costumam associar ao desenvolvimento urbano.

Uma rápida ideia da relevância que essa *ruralização* alcançou pode ser dada pela percentagem de chefes de família que declaravam às autoridades municipais serem lavradores ou jornaleiros no mesmo momento de serem empadroados como habitantes da cidade. Constata-se que durante a segunda metade do século XIX este tipo de ocupações urbanas oscilou entre 16 e 20% do total; promédio que durante o primeiro quartel do século XX deverá mover-se entre os 17 e 30% do total (Tabela n.º 1). Neste quadro, não surpreenderá que os processos de mudança social ocorridos nas cidades galegas adotassem um matiz particular, diferente do registado noutros enclaves peninsulares da época.

21 SOUTO GONZÁLEZ, 1990.

22 VILLARES, 2003.

Tabela n.º 1 – Percentagem de chefes de família que declaram uma ocupação de natureza rural nas cidades e vilas galegas, 1752-1924

	1752	1860	1889-1898	1915-1924
A Corunha	4,1	–	–	20,4
Santiago	12,5	19,8	–	23,4
Ourense	16,3	–	19,4	17,4
Lugo	13,5	–	26,3	30,5
Monforte	27,5	–	–	28,8
Muros	8,1	–	16,5	11,0

Fonte: DUBERT, 2010: 159.

Não é estranho, já que a definição, a evolução e a conformação histórica da cidade na Galiza seguiu padrões específicos. De facto, a cidade não se desenvolveu urbanisticamente nem cresceu populacionalmente mercê de uma arribada maciça e continuada de imigrantes rurais, de jornaleiros agrícolas, que viviam extramuros, nos arrabaldes próximos ou em bairros mais ou menos excêntricos aguardando pacientemente, como em Madrid, Bilbao, Barcelona ou nas pequenas capitais da província na Espanha interior, para fazer parte da mesma²³. A lógica aqui foi bem diferente. Passou por uma vagarosa e progressiva abertura de ruas em direção às aldeias rurais vizinhas, as quais acabaram deste modo convertidas em novos bairros urbanos. Contudo, continuava vingando neles uma forma de vida rural, como demonstra a importância que ali tinham as dedicacões laborais agrícolas, que demoraram anos, por vezes décadas, a serem abandonadas de uma forma definitiva pelos seus moradores, para quem o habitual era combiná-las com o desempenho de profissões nitidamente urbanas. Isto explica que a sua integração na vida socio-produtiva da cidade tenha passado pela lenta mutação que experimentaram as velhas estratégias de complementaridade campesina mercê de uma espécie de simbiose entre as formas da vida rural e urbana. Um processo que na Galiza foi prévio à integração definitiva dos camponeses e jornaleiros fixados nos bairros periféricos no seio de um proletariado urbano que, nos começos do século XX, era ainda caracterizado como raquítico, pouco homogêneo, carente de tradição operária e disperso geograficamente²⁴.

Um bom exemplo do que queremos dizer são os jornaleiros agrícolas que viviam nas margens das cidades galegas, nesse mundo intermédio entre o campo e a cidade, já que na maioria delas constituíram, até bem avançado o século XX, um setor social humilde, de origem rural, pouco qualificado, que entrava e saía dos mercados de trabalho urbanos em função de uma série de necessidades e de lógicas de natureza campesina. A sua modernização socio-laboral, quer dizer, a sua integração nos ritmos económicos, sociais, vitais e culturais da cidade, a sua conversão em mais uma classe urbana, foi muito mais tardia e relutante na Galiza do que na Inglaterra, no País Basco, na Catalunha ou em Madrid. Além disso, seguiu um ritmo e adotou uma forma diferente em cada enclave, tal como corresponde a um território cujo sistema urbano é caracterizado como policêntrico. Para perceber isto, basta atender ao que aconteceu, neste sentido, em Vigo, Lugo ou Santiago de Compostela.

23 PALLLOL TRIGUEROS, 2013; SAN ANDRÉS CORRAL, 2011.

24 PEREIRA, 1992 e 2012.

Muitos dos jornaleiros e lavradores empadroados em Vigo e seu entorno anteriormente a 1920 participavam de uma forma ocasional, temporal ou sazonal em trabalhos urbanos de nula ou pouca qualificação. Por vezes dedicavam-se também a tempo parcial ao desenvolvimento de labores de natureza artesanal. Tanto num caso como no outro, as receitas obtidas por esta via tinham atribuída a missão de garantir a supervivência e a reprodução das suas respetivas explorações agrícolas. Isto indica-nos que a sua entrada nos mercados de trabalho urbanos respondia a uma estratégia de carácter rural, que, em ocasiões, condicionava a execução das tarefas para que foram contratados. Assim é indicado pelas reclamações de um dos empreiteiros das obras de calçamento de uma das principais ruas de Vigo que, em 1895, informava as autoridades municipais de que os atrasos acumulados eram devidos a que os operários encarregados de prover os paralelepípedos estavam ocupados na lavoura²⁵. Neste contexto, a relação que os jornaleiros e lavradores rururbanos de Vigo e as freguesias rurais do seu meio mantiveram com a economia viguesa entre 1850 e 1920 acabou resultando no aparecimento de mudanças na estrutura social e cultural das suas respetivas comunidades de origem. Estas podem ser percebidas no tempo coincidindo com a queda de receitas que sofreram as economias familiares da área durante a crise agrícola que em 1924 assolou o sudoeste galego. A maioria dos nossos protagonistas aproveitou o momento para estreitar a sua particular relação com os mercados laborais urbanos. Mais, é a partir desse instante que se produziu entre os camponeses das comarcas rurais próximas de Vigo uma rápida adaptação dos velhos padrões de trabalho às novas circunstâncias económicas do momento, resultando assim numa espécie de *campesinato simbiótico*²⁶.

Na realidade, este processo que acabamos de sintetizar foi muito semelhante, embora se produzisse com várias décadas de atraso e num contexto histórico diferente, ao acontecido na Catalunha e no País Basco durante as primeiras fases da industrialização²⁷. Em conformidade, começa a ser frequente encontrar nas fontes de Vigo famílias chefiadas por indivíduos que ao serem empadroados declaravam ser jornaleiros ou lavradores, enquanto o resto dos integrantes do lar afirmava dividir o seu tempo entre o trabalho agrícola e o trabalho exercido na cidade no setor dos serviços, da construção ou das tarefas do porto. É indubitável que a mutação operada a partir da década de 1920 nas estratégias familiares estabelecidas ao abrigo da tradicional pluriatividade campesina contribuiu para que estes indivíduos se vinculassem mais estreitamente à realização de profissões urbanas e a que se integrassem pouco a pouco nesse proceloso universo que era o proletariado viguês. No entanto, nem por isso quebraram clara e definitivamente os laços com o mundo rural de que procediam. Posteriormente a 1920 sabemos que uma parte das suas receitas era ainda destinada a ajudar a garantir a viabilidade das pequenas explorações agrícolas das suas famílias de origem, já fosse através da compra daquelas aos proprietários que as arrendavam, já fosse comprando novas terras que incrementassem o tamanho das que já possuíam²⁸.

Com mais ou menos ressalvas, um processo semelhante se desenrolou nas primeiras décadas do século XX em todos aqueles enclaves urbanos que possuíam algum tecido industrial ou atravessavam por uma fase de expansão económica. Este foi o caso da Corunha e do que aconteceu em algumas pequenas vilas costeiras, como Bueu, ou de interior, como Monforte²⁹. Foi, portanto, sobre a base deste processo que a Galiza registou um notável incremento da população ativa dedicada à indústria e ao setor dos serviços entre 1900 e 1930, ao passar

25 ROMÁN LAGO, 1998.

26 FERNÁNDEZ PRIETO, 1996; ROMÁN LAGO, 1998.

27 CAMPS, 1995; LLONCH, 1994; PÉREZ-FUENTES, 1993.

28 ROMÁN LAGO, 1998; FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, 2001.

29 MUÑOZ ABELEDO, 2010.

nesses anos de 14% a 35% do total. As cidades pouco se aproximaram deste acréscimo já que a sua economia dificilmente conseguia sair da estagnação; é o caso de Santiago de Compostela ou das cidades cuja vida produtiva não se vira substancialmente afetada pela chegada do caminho-de-ferro até às suas portas, como no caso de Lugo.

Embora nos finais do século XIX o grosso dos jornaleiros de Santiago e seu meio se empregasse circunstancialmente nas obras públicas ou no setor dos serviços, nem por isso perderam a sua condição de “braceiros rurais”. Dela dá conta a sua tendência para se reunirem, nos inícios do século XX, na rua das Casas Reais, intramuros, para se oferecerem como tais a quem estivesse disposto a contratá-los³⁰. E é em Santiago, cujo tecido industrial estava formado por pequenas oficinas artesanais e onde a crise do comércio local se prolongou até depois de 1900, que as referidas obras públicas – caso da remodelação do centro urbano, abordada na década de 1860, ou da construção de faculdades e de escolas universitárias, levada a cabo entre 1890 e 1930 – foram incapazes de dar vida a uma atividade económica sustentada no tempo que contribuisse para gerar os empregos necessários para absorver, transformar e integrar na estrutura ocupacional urbana uma mão-de-obra tão pouco qualificada como a dos jornaleiros. O certo é que neste nível os empreendimentos foram só uma forma de paliar os efeitos do declive industrial e comercial compostelano. O mesmo se passando em Lugo, onde numa data tão tardia como 1930 a cidade continuava vendo a cada mês de agosto a sua central Praça de Espanha inundada de grupos de jornaleiros chegados das aldeias da província para serem contratados nos trabalhos da colheita nos campos vizinhos ou para irem à ceifa a Castela³¹.

Em definitivo, entre 1850 e 1920 o mundo urbano galego esteve longe de receber uma avalanche de jornaleiros que no médio prazo pudessem ameaçar e concorrer no plano laboral com os trabalhadores qualificados das suas oficinas artesanais e pequenas indústrias familiares. Há que levar em conta a este respeito que 48% dos jornaleiros registados nos mercados de trabalho de Santiago em 1871 eram mulheres, uma percentagem que não está muito longe do registado para 1920. A sua presença na cidade respondia à velha lógica da pluriatividade campesina. Não ameaçava nem deteriorava o mundo dos ofícios tradicionais, e ainda menos condenava os seus integrantes a entrar numa dinâmica de proletarização semelhante à que padeciam na altura em Madrid, Barcelona ou nas pequenas cidades da Espanha interior. Não aconteceu isto nem sequer em Vigo ou na Corunha, enclaves sumidos numa autêntica vaga de prosperidade económica, visto a maior parte da sua indústria fabril e conserveira ser sustentada por mulheres³². Nestas condições, é lógico que a modernização socio-laboral de ambas as urbes passasse pela comentada *terceirização* das suas respetivas estruturas ocupacionais e que a *simbiotização* do campesinato não fosse mais do que a particular via que uma mão-de-obra pouco qualificada seguia para se integrar nos seus mercados de trabalho. Afinal, quer uma cidade quer a outra, do ponto de vista urbanístico e populacional, cresciam sobre a base da incorporação gradual das aldeias e paróquias rurais vizinhas. Nada a ver com o que por esses mesmos anos acontecia no País Basco, Catalunha ou Madrid.

O pequeno tamanho das vilas e cidades galegas; o seu lento e fraco crescimento populacional; o limitado impacto que sobre elas tiveram fatores de modernização tais como o caminho-de-ferro ou a construção; a persistência até datas bem tardias de um tecido industrial composto por pequenas oficinas artesanais de escassa relevância produtiva; ou os particulares efeitos sociodemográficos e laborais originados por determinados padrões

30 VILLARES, 2003.

31 CARRERAS CANDI, 1936.

32 PEREIRA, 1992; MUÑOZ ABELEDO, 2010.

de desenvolvimento urbano, são aspetos que, por sua vez, estão em estreita relação com a lentidão registada nas mudanças que se deram na escala e na estrutura interna das migrações campo-cidade. Os dados manuseados neste sentido apontam para a persistência de fórmulas de mobilidade campo-cidade que até bem iniciado o século XX se desenvolviam conforme lógicas migratórias muito parecidas às do Antigo Regime, contrastando com o que se passava noutros contextos urbanos da época³³. Dois factos servem para exemplificar este fenómeno.

Primeiro, que os fluxos migratórios que convergiram por volta de 1910-1920 sobre a generalidade do mundo urbano do noroeste peninsular sejam constituídos em 75-80% dos casos por indivíduos de origem galega que, oito em cada dez ocasiões, procediam de freguesias rurais mais ou menos próximas. Isto significa que, na Galiza, a imigração campo-cidade possuiu um carácter nitidamente local, como é indicado pelo facto de que mais de metade dos seus efetivos chegasse aos distintos enclaves urbanos de comarcas rurais situadas num raio geográfico de não mais de 30 quilómetros ao redor dos mesmos. Só cidades em franca expansão, como Vigo ou A Coruña conseguiram subtrair-se parcialmente a este perfil. Pelas razões já apontadas, a composição dos seus fluxos migratórios entrou numa fase de transformação entre 1873 e 1883, o que explica que para 1920-1925 um terço do total dos seus imigrantes reconhecesse ser oriundo de um meio urbano ou semiurbano. Assim é evidenciado, por exemplo, na Corunha, onde 75% dos chefes de família de origem forânea empadroados em 1920 afirmavam ser galegos, e deles, 33% declaravam ser nascidos num enclave urbano. Por outro lado, e à margem da sua procedência, 51% destes chefes de família reconheciam haver chegado à cidade procedente de localidades situadas dentro do mencionado raio geográfico de 30 quilómetros. No extremo oposto, situavam-se aqueles que chegaram a ela depois de percorrer uma média de 70 a 80 quilómetros, particularmente se procediam das freguesias rurais da Galiza interior (Mapa n.º 1).

Mapa n.º 1 – Âmbito de procedência dos imigrantes galegos à Corunha, 1920



Fonte: Recenseamento municipal da Corunha de 1920, A.H.M.C. Elaboração própria.

Segundo, a baixa incidência da emigração familiar campo-cidade e a escassa importância que a emigração familiar de cidade a cidade teve no mundo urbano galego até bem entrado o século XX. O que aconteceu em Santiago de Compostela proporciona, mais uma vez, um bom exemplo. No seu caso, o número de famílias resultado de um deslocamento de qualquer uma destas duas naturezas passou nos setenta e nove anos que medeiam entre 1845 e 1924 de 5,6% a 15% do total. Por norma, eram famílias que estavam nas mãos de indivíduos que possuíam uma qualificação profissional prévia à sua entrada no cenário urbano, ao qual se dirigiram sem realizar paragens intermédias a partir dos seus respetivos lugares de origem – em uma de cada duas ocasiões uma paróquia rural –, mercê de uma viagem que três em cada quatro vezes era empreendida com duas crianças menores a seu cargo³⁴.

O certo é que a prática de uma emigração familiar escalonada campo-cidade se encontrava limitada na Galiza pela existência de muito poucos enclaves urbanos de tamanho médio a que podia dirigir-se, como já vimos. Pelo contrário, a realizada de cidade a cidade estava condicionada porque os mercados de trabalho urbanos não funcionavam de uma forma integrada, quer dizer, conforme a lógica económica e socio-laboral que devia ter decorrido do desenvolvimento de um processo de urbanização ou industrialização *sensu strictu*. Em consequência, o que acontecia neste nível no noroeste peninsular estava bastante longe do que acontecia na mesma altura na Inglaterra, no norte da Itália, Alemanha, França, Catalunha ou no País Basco. Não será possível portanto ver aqui transições da mobilidade, trajetórias migratórias, níveis de mobilidade interna ou estratégias de integração e de promoção social associadas à imigração campo-cidade de uma complexidade, intensidade e incidência semelhantes às que os investigadores desses países levantaram para os seus respetivos âmbitos de estudo³⁵.

Da existência de uma estrutura interna da mobilidade campo-cidade desta natureza se depreende que a generalidade do mundo urbano galego não teria sido capaz de proporcionar emprego estável e de qualidade para a maioria dos seus imigrantes. O protagonismo que as mulheres tiveram na composição da maioria dos fluxos migratórios urbanos serve para dar-nos uma rápida ideia disto, em contraste, por outro lado, com o claro predomínio de que os homens gozaram em outros fluxos que convergiram sobre as cidades espanholas e europeias da época, imersas num processo de industrialização³⁶. Constatamos isto, mais uma vez, em Santiago de Compostela, onde 45% dos imigrantes registados em 1871 exerciam profissões pouco ou nada especializadas como a de criado ou jornaleiro. Mundo laboral este em que também abundavam as mulheres; não por acaso elas constituíram 53% de todos os imigrantes chegados a Compostela nesse ano. Atendendo à natureza dessas profissões e ao já comentado predomínio feminino encontrado nas mesmas, tudo indica que para muitas destas mulheres essas ocupações eram dedicações só temporárias, pelo que o normal era que as abandonassem depois de as realizarem por uns anos, quer porque tivessem casado, quer por terem retornado aos seus lugares de origem.

Apenas uma pequena parte da imigração urbana escapava a esta lógica; uma elite representada em certa medida pelas pessoas que chefiavam uma família no mesmo momento de serem empadroados. Indivíduos que haviam chegado à cidade sendo adultos, com uma média de idade de 26 a 27 anos e uma qualificação profissional prévia. Quer seja em 1888 ou em 1920, em Monforte afirmavam estar fixados na vila desde há

34 DUBERT, 2010.

35 BAYNES, 1994b; GRIBAUDI, 1987; LEE, 1999; ROSENAL, 1999; CAMPS, 1995; PÉREZ-FUENTES, 1983; GARCÍA ABAD, 2005.

36 GARCÍA ABAD, 2005; PÉREZ-FUENTES, 1993; ORIS, 1993.

12 anos; em Ourense, em 1889, declaravam que viviam na cidade há 17 anos em média; em Lugo, em 1897, esta média situava-se nos 16 anos e, em Santiago, tanto em 1860 como em 1920, em 20-21 anos. Partindo da base de que estes chefes de família seriam os imigrantes que tiveram um relativo sucesso no momento de se integrarem nas redes sociais e vitais urbanas, resulta que, e para as datas indicadas, na mencionada vila de Monforte eram 14% do total dos seus habitantes, em Lugo 18% do total e em Santiago 14%. Mais, neste último caso os varões que se encontravam na chefia de um lar, em 1871, eram só 24% do total dos imigrantes do mesmo sexo presentes nos mercados de trabalho compostelanos. Constituíam na altura a aristocracia da imigração. Diante dela, dispunha-se uma massa indiferenciada de indivíduos composta maioritariamente por mulheres, que em 47% das ocasiões eram de baixa extração social e nula qualificação profissional. Basta atender às ocupações com que foram empadroadas no seu dia: criadas, jornaleiras e pobres, todas elas chegadas das freguesias rurais vizinhas para trabalharem no ofício, ou para mendigar por uns anos, até regressarem às suas paróquias de origem. Nada muito diferente disto é o que encontramos no resto do mundo urbano galego, com exceção, claro está, do que aconteceu em Vigo e na Corunha³⁷.

3. Modernização e modernidade: a relevância do local

Num mundo urbano marcado, até bem entrado o século XX, pela existência de pequenas cidades, por padrões de crescimento urbanístico e populacional que promoviam a ruralização das suas respetivas estruturas ocupacionais ou pelos fenómenos sociodemográficos a que esta dava lugar, é evidente que a modernização social adotou uma forma, um ritmo e uma intensidade diferentes em cada enclave. Neste contexto, a atenção às chaves que explicam a história local do Ferrol, Monforte, Vigo, Ourense ou Santiago, permitem apreciar com maior clareza as modificações que a entrada em cena dos fatores socioeconómicos e produtivos associados à chegada da modernidade originou sobre os comportamentos sociais dos seus habitantes.

Perante a impossibilidade de nos aproximarmos do que aconteceu em todas as vilas e cidades individualmente, e com o claro intuito de evitar cair na anedota, procuramos uma variável cujas vicissitudes na média e longa duração nos ajudassem a apresentar de uma maneira coerente e organizada a forma que assumiu em cada uma delas o impacto da referida modernização social. Assim, pensamos que poderíamos socorrer-nos do serviço doméstico, dada a estreita relação que a sua evolução histórica manteve com as mudanças operadas na estrutura social ou com o funcionamento dos mercados laborais urbanos. Esta será a via que utilizaremos para nos aproximarmos das diferentes facetas que a modernidade adotou nos diversos enclaves galegos entre 1752 e 1920. Abordar o problema desta perspetiva permitir-nos-á, além de mais, constatar que a tão discutida modernização social teve mais do que uma forma de se manifestar historicamente na Espanha. Quer dizer que não houve para toda a Península Ibérica um único e igual caminho para a modernidade, exceto se assumirmos o pano de fundo ideológico implícito no modelo historiográfico anglo-saxão que muitos historiadores utilizam para repetirem uma e outra vez quais foram as sabidas consequências da urbanização e da industrialização.

A feminização, a redução numérica e a ruralização do serviço doméstico foram consideradas pelos especialistas como indicadores da modernização socio-produtiva experimentada pelas sociedades europeias³⁸. Nesta linha, a evolução das percentagens contidas na tabela n.º 2 advertem-nos de que a Galiza não ficou à

37 BLANCO LOURO, 1996.

38 SARTI, 2007.

margem da mesma, pelo que para poder explicá-los convenientemente terão de ser consideradas, como no resto do continente, as transformações que no médio e longo prazo se operaram na estrutura social urbana, no funcionamento dos mercados de trabalho ou na natureza e intensidade alcançada pela imigração urbana.

Tabela n.º 2 – Serviço doméstico na Galiza, 1752-1900³⁹

	1752	1787	1860	1877	1887	1900
A	15,5	12,2	8,2	4,0	3,3	1,9
B	27,4*	–	12,2	38,0	43,5	57,1
C	55,0*	55,0	63,4	77,3	76,0	80,8
D	4,9*	3,4	5,0	2,8	2,2	1,9

* Cifras relativas só à Galiza rural. A – Percentagem de criados no total da população ativa. B – Percentagem de mulheres no total da população ativa. C – Percentagem de criadas no serviço doméstico. D – Percentagem de criadas no total da população feminina.

Fonte: *Catastro de Ensenada* de 1752, *Censo de Floridablanca* de 1787, Censos de população de 1860, 1877, 1887 e 1900. Elaboração própria.

Nos meados do século XVIII, entre 8% e 15% do total da população das vilas e cidades da Galiza trabalhava no serviço doméstico. Percentagens muito parecidas às encontradas noutros contextos urbanos europeus do momento e cuja redução no tempo torna-se patente à medida que nos aproximamos dos inícios do século XX⁴⁰. Entre 1752 e 1920 a sua diminuição cifra-se em 80-90%, o que significa que, em 1920, apenas 1,5-3,0% do total da população urbana galega trabalhava já no ofício. Se nos países do norte da Europa esta diminuição foi uma das consequências do desenvolvimento da urbanização e da industrialização, não aconteceu o mesmo na Galiza, onde como sabemos ambos os fenómenos tiveram uma expressão muito limitada. São, portanto, dois os fatores que contribuem para a compreensão do motivo desta queda.

Primeiro, as mudanças operadas no topo da estrutura social urbana, que na Galiza estão ligadas ao aparecimento e consolidação de novos grupos sociais surgidos de raiz por força da série de reformas auspiciadas pelo nascente Estado liberal, ao terminar o Antigo Regime. O questionamento, em diferentes momentos do século XIX, das rendas feudais, as sucessivas desamortizações dos bens eclesiásticos ou as modificações legislativas sobre o morgado, são alguns dos fatores que contribuíram para menoscabar as fontes de receitas e as bases de poder sociopolítico das tradicionais classes dirigentes galegas, isto é, do clero e da fidalguia. No primeiro caso, isto teve a sua tradução na capacidade, cada vez menor, desse clero para chefiar fogos independentes com um ou vários criados a seu cargo e, no segundo, nos crescentes problemas da fidalguia para manter na cidade casas cheias de serviços abertas todo o ano. Nestas circunstâncias é que se produz o gradual apagamento do serviço doméstico do panorama socio-laboral de Santiago, Lugo, Monforte, Mondonhedo ou Ourense. Podemos vê-lo, por exemplo, em Lugo. Se em 1752 localizamos os integrantes do clero secular na chefia de 12% do total dos lares da cidade, em 1898 estes reduziram-se a apenas 1,4% do total.

39 FAUVE-CHAMOUX *et al.*, 1997.

40 FAUVE-CHAMOUX *et al.*, 1997.

Esta perda de poder do clero e da fidalguia não resultou numa modernização das estruturas sociais urbanas *sensu strictu*. A razão é que o protagonismo social que exerceram até então passou a ser assumido por uma amálgama de profissões urbanas que, com mais ou menos matizes, acabaram imitando as formas de vida e de dominação social das velhas elites dirigentes. A par disto, a escassa vitalidade das nossas vilas e cidades durante o decurso do século XIX e a difícil implementação no seu interior de um empenho industrial que nunca alcançará a categoria de industrialização limitaram as possibilidades dessa modernização. Tal como foi manifestado, isto fez com que o surgimento de novas classes sociais na Galiza urbana seguisse uma via específica, diferente em boa medida à que estava a ser seguida na maioria dos centros urbanos do norte e noroeste da Europa, assim como nos do País Basco ou da Catalunha⁴¹.

O segundo fator é a transformação que experimentou a estrutura interna dos mercados laborais femininos, no âmbito urbano, fruto da lenta especialização que desde finais do século XVIII conheceram na Galiza os tradicionais ofícios das mulheres; uma especialização que doravante levará muitas delas a evitar o trabalho no serviço doméstico⁴². Com o decorrer do século XIX, esses ofícios viram-se imersos também no quadro de processos socioeconómicos mais complexos, cuja principal virtude foi a de fazer com que as atenções prestadas pelas costureiras, modistas ou engomadeiras a esta ou àquela família em concreto se tornassem cada vez mais impessoais e anónimas, satisfazendo, deste modo, a demanda de setores sociais urbanos cada vez mais alargados. Esta mutação das velhas lógicas produtivas que pesavam sobre a atividade das mulheres culminou nos finais do século XIX, uma vez que as suas habilidades laborais começaram a ser organizadas para serem exploradas a benefício de um patrão. Encontramos um bom exemplo desta situação na Corunha. Aí, ao finalizar o século XIX, as modistas, oficiais (*oficialas*) de costura e aprendizes (*aprendizas*) trabalhavam em troca de um ordenado em pequenas oficinas informais dirigidas por uma *mestra*. Os serviços destas oficinas eram, por sua vez, requeridos por um alfaiate ou um armazém de confeção para que produzissem por peça determinados produtos têxteis destinados à venda no mercado urbano local ou nas populações rurais dos arredores. Inseridas assim no quadro de relações laborais específicas, estas mulheres chamam a atenção para o facto de que, e tal como acontecia noutras partes de Europa, na Galiza urbana é possível assistir, à margem do mundo da fábrica, à profissionalização, especialização e assalarição das tradicionais ocupações femininas⁴³. Mais ainda, contrariamente às operárias empregadas na empresa têxtil La Primera Coruñesa ou na Fábrica de Tabacos, estas jovens destacavam-se, nos começos do século XX, pela rápida assunção dos valores socioculturais das classes médias urbanas para as quais muitas delas trabalhavam. Modistas e costureiras, por exemplo, procuravam parecer-se desesperadamente com elas no vestir, na utilização do castelhano e até nas prevenções que mostravam em relação às formas de reivindicação social próprias do proletariado corunhês, na ingénua crença de que estas podiam chegar a comprometer o seu pouco provável ascenso social⁴⁴.

A referida redução numérica do serviço doméstico urbano foi paralela à gradual feminização do ofício. Dois fenómenos que, à semelhança do que se passava em muitos enclaves italianos da época, estiveram em estreita relação com os efeitos que originou nas cidades e vilas galegas que atravessavam por uma fase de estagnação económica a entrada em vigor de medidas administrativas destinadas a tirá-las do marasmo em

41 DOMÍNGUEZ CASTRO *et al.*, 1999; MIGUÉS, 1999; VILARES, 1982; CARMONA, 2005.

42 REY CASTELAO *et al.*, 2009.

43 MOTTE *et al.*, 1992; SIMONTON, 1998.

44 PEREIRA, 1992; ALONSO ÁLVAREZ, 1998.

que estavam sumidas⁴⁵. Os referidos efeitos mostram a modernização pujando por abrir o caminho de mãos dadas com a relativa *terceirização* das suas respetivas estruturas ocupacionais urbanas. Algo que, por exemplo, pode apreciar-se tanto na expansão que experimentaram os mercados de trabalho masculinos da cidade de Ourense entre 1833 e 1881 – e que será resolvida com o aparecimento de novos ofícios vinculados com o setor dos serviços –, como na lenta especialização que aí conheceram, pelas mesmas datas, as tradicionais ocupações femininas. Mudanças que assentaram sobre as consequências socio-laborais derivadas da aplicação da reforma administrativa de 1833, que devia outorgar a Ourense a capitalidade provincial; da constituição da Deputação Provincial em 1835; da construção e abertura da Escola Normal e do Instituto de Ensino Secundário em 1841-1846; do estabelecimento da Central dos Correios em 1845, de que dependiam os serviços de Santiago, Pontevedra, Tui e Ribadavia; da construção da estrada Vigo-Villacastín-Madrid em 1860-1863; da chegada do caminho-de-ferro em 1881; da conseqüente expansão do comércio local; etc.⁴⁶. Neste contexto, não é estranho que a pequena Ourense se convertesse, nos inícios do século XX, no principal centro administrativo e comercial da província e que, levando quase à caricatura, as comentadas expansão do emprego masculino e a especialização dos ofícios das mulheres estivessem por trás da progressiva redução (1752: 15% do total da população; 1889: 6,2%; 1920: 1,6%) e da gradual feminização (em 1752, as criadas eram 79% do total, em 1889, 92% e, em 1920, 96%) do seu serviço doméstico.

Um pouco mais para o norte, algo parecido acontecia na pequena vila de Monforte. O início da construção da estrada que a uniria com a cidade de Lugo, em 1863, os trabalhos destinados ao aproveitamento agrícola das águas do rio Cabe realizados, na década de 1870, e os que mais tarde permitiriam a chegada do caminho-de-ferro, em 1883, ocasionaram o aparecimento de novas profissões masculinas ligadas à administração e ao comércio. O efeito modernizador das mudanças que desde 1863 supôs na sua tradicional estrutura ocupacional a entrada em cena de empregos vinculados com a construção, o caminho-de-ferro, o comércio ou a administração não se deixou sentir apenas na lenta e gradual *terceirização* da sua economia, culminada a partir de 1910-1920, mas também na contínua perda de relevância socio-laboral do seu serviço doméstico (em 1752, as pessoas dedicadas ao mesmo eram 9,7% do total da população, em 1898, 4,4% e, em 1920, 2,1%) e no subsequente acréscimo no seu interior do número de mulheres de origem rural destinadas a exercê-lo (em 1752, estas eram 75% do total, em 1898, 86% e, em 1920, 86%).

Essa mesma modernização social pôde ser sentida mesmo em Santiago, cuja estrutura social e ocupacional, lógicas produtivas ou relação com o mundo rural circundante se modificavam com uma lentidão exasperante a partir dos meados do século XIX. Sabemos que o protagonismo que em tudo isto teve o comboio foi muito limitado. Mais importantes, neste sentido, parecem ter sido os efeitos gerados pela série de obras públicas levadas a cabo na cidade durante a década de 1860 e entre 1890 e 1930. Em virtude delas nasceu o embrião de um movimento operário que ecoou as contradições de ter de se desenvolver num âmbito urbano onde as manifestações da modernidade pouco ou nada tinham a ver com a forma que esta assumia noutras cidades da Espanha e da Europa. Produziu-se ainda uma progressiva expansão do setor dos serviços vinculado com o mundo do ensino, o âmbito hospitalar-assistencial e a hotelaria, cuja definitiva consolidação socio-laboral é percebida nas fontes a partir de 1910-1920. A par disto, o serviço doméstico compostelano que ocupava 8% do total da sua população, em 1860, passou para pouco mais de 4% em

45 SARTI, 1997.

46 CARBALLO-CALERO RAMOS *et al.*, 1995.

1924, enquanto a presença de mulheres no seu interior passava de 85% a 98% do total⁴⁷. Em resumo, a intensidade e o ritmo da modernização social ocorrida nas diferentes vilas e cidades da Galiza dependeu, na realidade, do modo em como as suas circunstâncias locais particulares foram capazes de metabolizar e de dar forma às mudanças económicas e sociais derivadas do progresso dos tempos, num mundo caracterizado por uma lenta e gradual dissolução do Antigo Regime.

Em jeito de breve conclusão

O reduzido tamanho das vilas e cidades; a sua evolução populacional e social em função das circunstâncias locais; o ambíguo impacto demográfico e socioeconómico que sobre elas teve a melhoria das vias de comunicação ou a chegada do caminho-de-ferro; as transformações operadas nos mercados de trabalho em que tinha lugar o aparecimento de novos ofícios e a persistência de uma mão-de-obra pouco especializada de origem rural; ou a peculiar forma que adotou a modernização das suas respetivas estruturas socio-laborais, em que conviviam fenómenos como a ruralização e a terceirização, mais do que nos remeter para a excecionalidade do que aconteceu na Galiza, fá-lo, na realidade, para o que se passava na generalidade do mundo urbano hispano. Neste sentido, convém não perder de vista que o ocorrido a este nível em lugares como a Catalunha, o País Basco ou Madrid, constituiu mais a exceção do que a norma imperante no interior desse mundo urbano. Prova disto é que entre 1860 e 193, nos já referidos Catalunha e País Basco, territórios que, como é sabido, se caracterizaram por conhecer uma pronta e intensa urbanização e industrialização, concentrava-se apenas 9-12% do total das cidades espanholas de mais de 5000 habitantes⁴⁸. Isto significa que menos de 90% dessas cidades teria experimentado uma modernização económica e social que pouco ou nada tinha a ver com o desenvolvimento de processos de urbanização e de industrialização como os que ali tinham ocorrido.

De um ponto de vista histórico, este facto indica que a tão referida modernização sociodemográfica e produtiva das populações urbanas teve mais do que uma forma para se concretizar no quadro da Península. Em síntese, houve, pois, mais do que uma via de acesso, de entrada na modernidade, quer seja no contexto peninsular, quer seja no europeu. Este facto deve ser considerado, a menos que que continuemos assumindo as bases desse paradigma historiográfico que insiste em vincular a ausência de uma urbanização e industrialização à inglesa com o alegado “atraso económico e social” de que padeceriam todos aqueles territórios que não as tivessem conhecido.

Bibliografia

- ALONSO ALVAREZ, L., 1986 – *Comercio colonial y crisis del Antiguo Régimen en Galicia, 1778-1818*. Santiago: Xunta de Galicia.
- ALONSO ALVAREZ, L., 1991 – “La economía coruñesa del Siglo de las Luces. La formación de una ciudad terciaria”, in AAW – *Ciudad y Torre. Roma y la Ilustración en La Coruña*. A Coruña: Concello da Coruña, p. 229-232.
- ALONSO ALVAREZ, L., 1998 – *As tecedeiras do fume. Historia da Fábrica de Tabacos da Coruña*. Vigo: A Nosa Terra.

47 DOMINGUEZ CASTRO *et al.*, 1999; PEREIRA, 2012; DUBERT, 2001a; VILLARES, 2003.

48 REHER, 1994.

- BARRAL MARTINEZ, M., 2007 – *Montero Ríos y Compostela. Un feudo clientelar*. Santiago de Compostela: Ronsel-Consorcio de Santiago.
- BAYNES, D., 1994a – “Internal and medium distance migration in Great Britain, 1750-1900”, in EIRAS ROEL, Antonio *et al.* (ed.) – *Migraciones internas y medium-distance en Europa, 1500-1900*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, vol. I, p. 127-147.
- BAYNES, D., 1994b – “European migration, 1815-1930: looking at the emigration decision again”. *Economic History Review*. N.º 3, p. 525-544.
- BENGOECHEA GANGOITI, J. M., 2007 – *Propiedad, burguesía y territorio. La conformación urbana de Getxo en la ría de Bilbao, 1850-1900*. Bilbao: Universidad del País Vasco.
- BLANCO LOURO, M. F., 1996 – “Un pequeno achegamento á demografía da cidade da Coruña en torno ó ano 1900”, in AAVV – *Historia Nova IV*. Santiago de Compostela: Asociación Galega de Historiadores, p. 137-156.
- BLANCO LOURO, F. M., 2001 – “Los cambios sociales en A Coruña durante el primer tercio del siglo XX”, in BALBOA LOPEZ, X. M. *et al.* (ed.) – *Entre nós. Estudos de Arte, Xeografía e Historia en homenaxe ó profesor X. M. Pose Antelo*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago, p. 1245-1261.
- CAMPS, E., 1995 – *La formación del mercado de trabajo industrial en la Cataluña del siglo XIX*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.
- CARBALLO-CALERO RAMOS, M. *et al.*, 1995 – *La transformación de una ciudad. Ourense, 1880-1936*. Ourense: Concello de Ourense.
- CARMONA, X. *et al.*, 1988 – “Crisis agraria y vías de evolución ganadera en Galicia y Cantabria”, in GABARROU, Ramón (ed.) – *La crisis agraria a fines del siglo XIX*. Barcelona: Crítica, p. 181-211.
- CARMONA, X., 2005 – *El empeño industrial de Galicia: 250 años de historia, 1750-2000*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza.
- CARRERAS CANDI, F., 1936 – *Geografía General del Reino de Galicia*. Barcelona: Editorial Alberto Martín.
- DE JUANA, Jesús *et al.*, 2005 – “Población y emigración en Galicia”, in DE JUANA, Jesús *et al.* – *Historia contemporánea de Galicia*. Ariel: Barcelona, p. 393-441.
- DELGADO VIÑAS, C., 1993 – *Las pequeñas y medianas capitales de provincia en el proceso de modernización del sistema urbano español*. Las Palmas de Gran Canaria: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria.
- DE VRIES, J., 1987 – *La Urbanización de Europa, 1500-1800*. Barcelona: Crítica.
- DOMINGUEZ CASTRO, L., 1992 – *Viños, viñas e xentes do Ribeiro. Economía e patrimonio familiar, 1810-1952*. Vigo: Xerais.
- DOMINGUEZ CASTRO, L. *et al.*, 1999 – “Acción colectiva en las pequeñas urbes. Estrategias obreras, patronos y autoridades públicas en Santiago de Compostela, 1920-1930”. *Historia Social*. N.º 33, p. 51-71.
- DUBERT, I., 2001 – *Del campo a la ciudad. Migraciones, familia y espacio urbano en la historia de Galicia, 1708-1924*. Vigo: Nigra-Consorcio de Santiago.
- DUBERT, I., 2002 – “Las dinámicas demográficas de las pequeñas villas gallegas a finales del Antiguo Régimen”. *Obradoiro de Historia Moderna*. N.º 11, p. 61-100.
- DUBERT, I., 2012 – “Imigração e transición sanitária na Galiza urbana (Santiago de Compostela, 1844-1920)”, in *A cidade industrial (Atas do I Congreso Histórico Internacional: As cidades na História: Población)*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, vol. 4, p. 135-159.
- EIRAS ROEL, A., 1993 – *Aportaciones al estudio de la emigración gallega*. Santiago: Xunta de Galicia.
- ERIAS MARTINEZ, A., 2001 – “A estrutura socioprofesional de Betanzos, 1840-1936”, in BALBOA LOPEZ, Xesús M. *et al.* (ed.) – *Entre nós. Estudos de Arte, Xeografía e Historia en homenaxe ó profesor X. M. Pose Antelo*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago, p. 1193-1236.
- FAUVE-CHAMOUX, A. *et al.* (ed.), 1997 – *Le Phénomène de la domesticité en Europe, XVI-XXe siècles*. Praga: eeská Demografická Společenost.

- FERNÁNDEZ CORTIZO, C. J., 2009 – “Ourense, una ciudad preindustrial: crecimiento sin modernización, 1752-1859”, in LOPEZ DIAZ, María (ed.) – *Historia y Modernidad*. Ourense: Universidade de Vigo, vol. 2, p. 121-139.
- FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, M., 2001 – “Evolución demográfica y estructura socioprofesional: Vigo, 1930”, in BALBOA LOPEZ, Xesús M. et al. (ed.) – *Entre nós. Estudos de Arte, Xeografía e Historia en homenaxe ó profesor X. M. Pose Antelo*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago, p. 1279-1293.
- FERNÁNDEZ PRIETO, L., 1996 – “Ciudades de labregos, hortas de obreiros: campo, cidade e historia agraria de Galicia”, in VAZQUEZ VARELA, José M. et al. – *A guerra na historia de Galicia; O rural na historia de Galicia*. Santiago de Compostela: Asociación Galega de Historiadores, p. 413-430.
- FERNÁNDEZ PRIETO, L., 2000 – “A caracterización da agricultura galega contemporánea: entre o atraso e a adaptación ó capitalismo” in FERNÁNDEZ PRIETO, Lourenzo (dir.) – *Terra e Progreso. Historia agraria da Galicia contemporánea*. Vigo: Xerais, p. 45-60.
- GARCÍA ABAD, R., 2005 – *Historias de emigración. Factores de expulsión y selección de capital humano en la emigración de la ría de Bilbao, 1877-1935*. Bilbao: Universidad del País Vasco.
- GONZÁLEZ GARCÍA, M., 2001 – “A dinámica socioprofesional de Monforte de Lemos, 1900-1940”, in BALBOA LOPEZ, Xesús M. et al. (ed.) – *Entre nós. Estudos de Arte, Xeografía e Historia en homenaxe ó profesor X. M. Pose Antelo*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago, p. 1263-1291.
- GONZÁLEZ PORTILLA, M. et al., 2001 – *Los orígenes de una metrópoli industrial: la ría de Bilbao*. Bilbao: Fundación BBVA-Nerea, 2 vols.
- GRIBAUDI, M., 1987 – *Itinéraires ouvriers. Espaces et groupes sociaux à Turin au début du XXe siècle*. Paris: EHESS.
- GONZÁLEZ PORTILLA, M. (dir.), 2010 – *Nacimiento y desarrollo de la ciudad industrial*. Bilbao: Universidad del País Vasco.
- LANZA GARCÍA, R., 1997 – “Ciudades y villas de la cornisa cantábrica en la Época Moderna”, in FORTEA PEREZ, José (ed.) – *Imágenes de la diversidad. El mundo urbano en la Corona de Castilla (siglos XVI-XVIII)*. Santander: Universidad de Cantabria, p. 165-201.
- LEE, R., 1999 – “Urban labour markets, In-migration and Demographic Growth: Bremen 1815-1914”. *Journal of Interdisciplinary History*. N.º 30, 3, p. 437-473.
- LINDOSO TATO, E. et al., 2001 – “La trayectoria de una economía urbana. A Coruña, 1868-1936”, in AAW – *El republicanismo coruñés en la historia*. A Coruña: Concello da Coruña, p. 31-38.
- LINDOSO TATO, E., 2006 – “A la sombra del Arsenal. La oferta empresarial ferrolana en el siglo XIX”. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. LIII, 119, p. 271-304.
- LOZANO COUTIER, A., 1996 – “De empresa pública a empresa privada: la gestión de los Arsenales del Estado, 1870-1936”, in COMIN, Fernando et al. (ed.) – *La empresa en la historia de España*. Madrid: Civitas, p. 369-392.
- LLONCH CASANOVAS, M., 1994 – “Inserción laboral de la inmigración y sistema de reclutamiento de la fábrica textil: Vilassar de Dalt, 1910-1945”. *Boletín de la A.D.H.E.* N.º 2, p. 149-163.
- MARTÍN GARCÍA, A., 2005 – *Demografía y comportamientos demográficos en la Galicia moderna. La villa de Ferrol y su Tierra, siglos XVI-XIX*. León: Universidad de León.
- MIGUÉS, V., 1999 – *A hidalguía galega, aproximación á xénese, desenvolvemento e consolidación dunha élite socioeconómica no Antigo Réxime*. A Coruña-Sada: Edicións do Castro.
- MIRAS ARAUJO, J., 2004 – “La estructura profesional de una ciudad terciaria: A Coruña, 1900-1960”. *Scripta Nouva. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. N.º 7, 163, p. 157-180. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-163.htm>> [consult. 31 de mai. 2014].
- MOTTE, C. et al., 1992 – “La binette, l'aiguille et le plumeau: les mondes du travail féminin”, in DUPÂQUIER, Jacques et al. (dir.) – *La société française au XIXe siècle. Tradition, transition, transformations*. Paris: Hachette, p. 237-343.
- MUÑOZ ABELEDO, M. L., 2010 – *Género, trabajo y niveles de vida en la industria conservera de Galicia, 1870-1970*. Barcelona: Icaria.

- ORIS, M., 1993 – “La transition de la mobilité au XIXe siècle. L'expérience de Hyu-sur-Meuse (Belgique) entre 1847 et 1900”. *Annales de Démographie Historique*. N.º 2, p. 191-224.
- PALLOL TRIGUEROS, R., 2013 – *Una ciudad sin límites. Transformación urbana, cambio social y despertar político en Madrid 1860-1875*. Madrid: La Catarata.
- PEREIRA, D., 1992 – *Os conquistadores modernos. Movemento obreiro na Galicia da anteguerra*. Vigo: A Nosa Terra.
- PEREIRA, D., 2012 – *José Pasín Romero. Memoria do proletariado militante de Compostela*. Santiago: Fundación 10 de marzo.
- PEREZ-FUENTES, P., 1993 – *Vivir y morir en las minas. Estrategias familiares y relaciones de género en la primera industrialización vizcaína, 1877-1913*. Bilbao: Universidad del País Vasco.
- Reformas Sociales. Información oral y escrita. Provincia de A Coruña y otras*. Madrid: Imprenta de la Viuda de M. Minuesa de los Ríos, t. 5, 1873.
- REHER, D. S., 1994 – “Ciudades, procesos de urbanización y sistemas urbanos en la Península Ibérica”, in GUARDIA, Manuel *et al.* – *Atlas histórico de las ciudades europeas. I. Península Ibérica*. Barcelona: Editorial Salvat, p. 1-31.
- REY CASTELAO, O. *et al.*, 2009 – *Historia de las mujeres en Galicia*. Vigo: Nigra-Trea.
- RODRIGUES, T., 2008 – *Historia da Población Portuguesa*. Porto: Afrontamento/CEPESE.
- ROMAN LAGO, I., 1998 – *Os campesiños de Lavadores*. Vigo: A Nosa Terra.
- ROSENTAL, P.-A., 1999 – *Les sentiers invisibles. Espaces, familles et migrations au XIXe siècle*. Paris: EHESS.
- SAN ANDRÉS CORRAL, J., 2011 – “Las ciudades intermedias ante el reto de la modernidad: la sociedad de masas y el proceso de urbanización en la España interior, Guadalajara, 1850-1936”, in PAREJA ALONSO, Aranzta (ed.) – *El capital humano en el mundo urbano. Experiencias desde los padrones municipales*. Bilbao: Universidad del País Vasco, p. 101-127.
- SARTI, R., 1997 – “Il servizio domestico: un canale di mobilità sociale? Il caso di Bologna (fine '700-inizio '900)”, in AAVV – *Disuguaglianze: Stratificazioni e mobilità sociale nelle popolazioni italiane (dal sec. XIX agli inizi del secolo XX)*. Bologna: SIDES., p. 145-167.
- SARTI, R., 2007 – “Criados, servi, domestique, gesinde, servants: for a comparative history of domestic service in Europe, XVIth-XIXth centuries”. *Obradoiro de Historia Moderna*. N.º 16, p. 9-39.
- SIMONTON, D., 1998 – *A History of European Women's Work, 1700 to the Present*. London: Routledge.
- SOBRADO CORREA, H., 2001 – *La ciudad de Lugo en el Antiguo Régimen, siglos XVI-XX*. Lugo: Diputación Provincial.
- SOUTO GONZÁLEZ, X. M., 1990 – *Vigo, cen anos de historia urbana, 1880-1980*. Vigo: Xerais.
- VILLARES, R., 1982 – *La propiedad de la tierra en Galicia, 1500-1936*. Madrid: Siglo XXI.
- VILLARES, R., 2003 – “La ciudad de los ‘Doce Apóstoles’, 1875-1936”, in PORTELA SILVA, Ermelindo (coord.) – *Historia de la ciudad de Santiago de Compostela*. Santiago: Consorcio de Santiago-Universidad de Santiago.
- VILLARINO, M., 1995 – “Galicia: estrategias urbanas y nuevas realidades territoriales”. *Situación*. N.º 3, p. 275-288.
- WRIGLEY, E. A., 1987 – *People, cities and wealth: the transformation of traditional society*. London: Basil Blackwell.